

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: DA ALUSÃO À ILUSÃO DESSE CONCEITO

Muriel Haupenthal¹

Cássia Petry²

Jozilda Berenice Fogaça de Lima³

RESUMO

Existe, em nosso país, um conceito demagógicamente difundido e pouco discutido, chamado cidadania. “Somos todos cidadãos” - essa afirmação faz parte do cotidiano popular, sobretudo, em período de pleito, quando os “cidadãos” brasileiros são convocados a exercer a sua cidadania, indo às urnas, para eleger os seus futuros governantes. Haja vista tanta mobilização para que o exercício da cidadania se efetive, gostaríamos de discutir, neste artigo, a origem e o papel fundamental da educação para a “construção de uma cidadania”. Essa discussão estará norteadada por três eixos e versará sobre cidadania, a problematização da educação e o papel da Psicopedagogia para uma educação transformadora.

Palavras-chave: Cidadania. Participação Social. Educação.

ABSTRACT

There is, in our country, a concept demagogically widespread and little discussed, called citizenship. “We are all citizens” - this affirmation is part of everyday popular context, especially in the period of election, when Brazilian citizens are urged to exercise their citizenship, going to the polls to elect their future rulers. Considering such a mobilization order for the exercise of citizenship becomes effective, we would like to discuss in this article, the origin and basic role of education for the construction of citizenship. This discussion will be guided by three priorities and will focus on citizenship, education and the questioning of the role of Educational Psychopedagogic for a transformative education.

Keywords: Citizenship. Social Participation. Education.

¹ Bacharel em Psicopedagogia pela Universidade Feevale. Aluna PEC do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. E-mail: muriel@feevale.br.

² Acadêmica do Curso de Bacharelado em Psicopedagogia da Universidade Feevale. E-mail: cassiapetry@terra.com.br.

³ Professora do Curso de Bacharelado em Psicopedagogia da Universidade Feevale. Mestre em Inclusão Social e Acessibilidade pela Universidade Feevale. Pós-graduada em Psicopedagogia, com Ênfase nas Abordagens Clínica e Institucional. Graduada em Pedagogia, com Habilitação em Orientação Educacional. E-mail: jofog@feevale.br.

PENSANDO A EDUCAÇÃO PARA A “CIDADANIA”

Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida. Um cidadão com um sentimento ético forte e consciência da cidadania não deixa passar nada, não abre mão desse poder de participação (HERBERT DE SOUZA - BETINHO).

A conquista e o exercício dos direitos civis, sociais e políticos é o que, segundo Marshall (1967), define um cidadão. Os direitos civis estão relacionados com as liberdades individuais, e os direitos políticos, como o nome já diz, referem-se à participação política. Já os direitos sociais deveriam garantir que o Estado fornecesse bens e serviços indispensáveis à vida, como saúde, alimentação, educação, habitação etc.

A existência do conjunto dos direitos sociais, anunciados acima, surge a partir de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Percebe-se, então, o quanto a história das políticas sociais é recente em relação à seguridade dos demais direitos civis e políticos. Desde então, conforme Fernandes (2007, p. 7):

A justiça social passa a fazer parte das constituições da quase unanimidade dos países e é esta dimensão de cidadania que compete ao Estado fornecer via formulação de políticas sociais. [...] justiça social não significa igualdade social, mas equidade social. [...] a cidadania é um status social de igualdade que consegue diminuir as desigualdades de classe, mas nunca eliminá-las.

O processo de construção de uma sociedade democrática, muitas vezes, fica comprometido devido aos interesses partidários, pois, quando estão no poder, os partidos implementam ações sociais, as mantêm durante o período do mandato e, após o pleito, caso outro partido assuma o poder, essas ações podem simplesmente ser canceladas, não havendo uma continuidade no que se refere à

demanda que, até então, estava sendo atendida.

Quando estas correntes saem do poder – por terem perdido as eleições –, estas experiências são varridas do cotidiano da gestão de coisas públicas, deixando a memória – por meio de seus registros e memória coletiva de participação – sem inscrever as novas práticas como partes constituintes da sociedade política. Irá depender da sensibilidade do novo dirigente, da suas estratégias de ação, da correlação de forças que seu projeto político articular (GOHN, 2003, p. 38).

Conforme notícia vinculada pelo Jornal NH, no dia 17 de maio de 2007, e também no *site* da Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo, o posto do programa “Comida Urgente”, situado no bairro “Santo Afonso, na mesma cidade, teve fechadas as suas portas”. Reportamo-nos a esse exemplo, para ressaltar o quanto, em inúmeros casos, o interesse político despreza os interesses sociais.

É muito fácil criar uma proposta de ação, em especial, no período de campanha eleitoral, quando “tudo é possível”. Passadas as eleições, começam a surgir as dificuldades, ou a má vontade para executar as promessas. Não acreditamos que algum candidato à prefeitura deste, ou de qualquer município, afirmasse que acabaria com qualquer ação social. Ao contrário, o que se ouve sempre é a promessa de manutenção e até de ampliação dos benefícios, o que cria uma pseudorealidade, na qual, no futuro, todas as mazelas sociais serão coisas do passado. Afinal, quem gostaria de perder cerca de 300/400 votos dos moradores do bairro Santo Afonso que se beneficiavam com o programa?

Contudo, há que se ter clareza de que, de eleitores em potencial, nós cidadãos, se é que podemos afirmar isso, após o período de campanha, passamos a ser aliados ou não do interesse político de quem assume o poder. Aliados, no que se refere ao fato de sermos contribuintes, ou seja, na dinâmica capitalista, devemos produzir e consumir bens, para que o sistema continue funcionando. No entanto, se não tivermos condições de contribuir para o funcionamento da “máquina”, somos um problema, ou melhor, um produto desse sistema excludente.

Nosso país vive em regime democrático, em que o voto representa o exercício da cidadania.

Contudo, o grande paradoxo está em sua obrigatoriedade. Além disso, indagamos o que, afinal, significa de fato esse dia para exercermos nossa cidadania - o dia das eleições. Ao contrário de um único dia, não seria a conquista dessa cidadania um exercício árduo e diário, mas que, no Brasil, com suas infundáveis desigualdades, acaba girando apenas em torno dos interesses das minorias, que, em alguns meses do ano, abraçam o povo e olham-no sem enxergar sua realidade?

Mais importante que dar comida é combater a fome. Mas é notório que, independentemente do partido que governa uma cidade, um estado ou o país, todos os dias é preciso comer... Não pretendemos entrar no mérito de que, mais do que fornecer alimentos, é dever do Estado diminuir as desigualdades sociais e que o direito mínimo à alimentação deveria ser exercido através de oportunidades dignas de emprego e de sustento. Mas vale ressaltar que nem sempre os interesses do Estado e os interesses da população afluem para a mesma direção.

João Ubaldo de Souza, em seu texto *"Me visitem na cadeia"*, publicado no Jornal O Globo do dia 02 de abril de 2006, fala sobre a corrupção, como se ela estivesse presente no DNA do brasileiro. Ao contrário dele, acreditamos no povo brasileiro, na solidariedade e no coração aberto que possui; não costumamos, pois, comprar verdades que surgem de forma rasa e até reducionista.

Pensamos que a chave da transformação não está em atacar o povo, pois ele já sofre diversos tipos de ataques diários no que se refere à negação de seu direito à cidadania. Muito antes de o povo pensar em agir de forma corrupta, roubaram muito dele, inclusive, o direito de reivindicar, de se unir. Descentralizaram o poder do povo e, paulatinamente, silenciaram suas ideias e suprimiram seus ideais de luta por direitos que lhe são negados ou, quando fornecidos, parecem "esmola", caridade, quando, na verdade, são obrigações do poder público. Inverteram a ordem e não só estão tentando nos fazer acreditar nisso, como colocam isso em prática.

O Brasil apresenta um quadro alarmante de desigualdade social, onde ser cidadão não significa ter acesso à cidadania. Muito se fala sobre cidadania, mas, como afirmou a socióloga Terezinha Azerêdo Rios, no X Seminário Internacional de Educação do Centro Universitário Feevale, ocorrido no ano

de 2006, a palavra ética, para muitas pessoas, serve apenas como batom: para enfeitar a boca. Usaríamos dizer que o conceito de cidadania vive, atualmente, a mesma situação, uma vez que muito se diz sobre os direitos constitucionais dos cidadãos, mas poucos são efetivados.

Vivemos imersos em uma realidade em que o cunho legislativo ainda não atingiu o seu propósito de fazer emergir dos documentos as belas ações neles citadas. Somente quando isso ocorrer, através da implantação de políticas públicas, é que o cotidiano da população, especialmente no que tange ao grande contingente de brasileiros que vive na mais absoluta miséria, poderá ser transformado.

Dados estatísticos de pesquisas realizadas em âmbito social revelam que a desigualdade de renda no Brasil coloca o país entre os campeões de desigualdade social no mundo, à frente de nações como o Quênia, situado no continente Africano, já que a renda média dos 10% mais ricos chega a ser 25 vezes maior do que a renda dos 40% mais pobres. Esse dado traduz, conforme Fernandes (2007, p. 11), a vergonhosa contradição à qual estamos submetidos - "o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres". Por isso, é importante mencionar que, ao lado da minoria rica, como afirma Carvalho (2001, p. 216):

[...] existe uma grande massa de 'cidadãos simples', de segunda classe [...]. Essas pessoas nem sempre têm noção exata de seus direitos, e quando a têm carecem dos meios necessários para os fazer valer [...]. Esses 'elementos' são parte da comunidade política nacional apenas nominalmente. Na prática, ignoram seus direitos civis ou os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo [...].

Índices do IBGE dão conta de que, no ano de 1998, ou seja, há onze anos, 50,1 milhões de brasileiros se encontravam em situação de pobreza e indigência, apesar de estarmos em posição de destaque no cenário mundial, com uma das 15 maiores economias, com uma renda per capita situada entre as 30% maiores em relação aos demais países.

Números como esses expõem a mais dura constatação que teimamos em não perceber: o

abismo que existe entre as centenas de milhares de pessoas que habitam neste país. E refletem o atraso de uma nação que viveu, por longos e sofríveis anos, dois regimes aniquiladores: o escravagista e a Ditadura Militar.

Se hoje questionamos o conceito de cidadania que está garantido por lei, mas não se aplica à maior parte da população, vale ressaltar que, no passado, muitos atos de desrespeito feriram os direitos básicos de liberdade, aprisionando os direitos civis, políticos e sociais. Todo esse período de escravidão e ditadura, além de deixar marcas históricas no país, gerou um retrocesso na implantação e na concretização de um regime democrático.

A maior parcela da população vive na pobreza e sobrevive sem acesso aos tão aclamados direitos dos cidadãos brasileiros anunciados no artigo sexto da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados. Percebe-se que, para milhares de brasileiros que convivem com as agruras de viver à margem, nada disso está garantido. Eles são cidadãos constituintes, sem cidadania. Sendo assim, ter acesso a essa tal cidadania parece privilégio de poucos.

Mas como será possível atingir a cidadania consciente e analítica, que possibilite o conhecimento e a reivindicação de direitos e o cumprimento dos deveres que lhe cabem?

O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança freqüentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado (MARSHALL, 1967, p. 73).

Acreditamos que pensar na formação de um cidadão pleno só é possível através da educação, já que essa tem por desígnio, conforme Saviani (1998, p. 210), “formar seres humanos plenamente desenvolvidos e, pois, em condição de assumir a direção da sociedade ou de controlar quem a dirige”.

Dirigir ou controlar a direção. Será mesmo esse o papel da educação ao longo dos tempos?

Ou a ideia seria formar “cidadãos” para serem dirigidos e controlados pelos detentores do poder “democrático”?

Por que as modernas formas de pensar a liberdade, a ordem moral e política privilegiam o peso do educativo? Não há dúvida que essa ênfase não é gratuita nem neutra. Por trás dessa relação, sempre defendida na construção da nova ordem, há uma concepção do social e de sua constituição, há idéias e ideais políticos que não podem ser ignorados, há concepções e compromissos com a ordem social e econômica, com o Estado e com um modelo de cidadania para as classes inferiores (ARROYO, 2003, p. 34).

A educação é uma poderosa ferramenta de transformação social, contudo, pode também gerir a submissão de um povo. É preciso analisar para que e para quem se educa, colocando em xeque o objetivo principal de formar ou formatar o cidadão. Afinal, muitos interesses se escondem nas concepções de educação que se aplicam. Freire (1983, p. 30) fala sobre o poder da educação:

Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias. O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia como uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar e não em repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo.

Vimos até aqui a imensa desigualdade social que existe em nosso país. A educação, a nosso ver, deve ser o primeiro fator a ser considerado como possibilidade de transformação dessa inaceitável disparidade de condições. No entanto, isso só poderá acontecer, se a educação for concebida como um instrumento que capacita o sujeito para pensar sobre a sua realidade de maneira crítica, e não como uma ferramenta de controle que visa a determinar sobre qual ótica os educandos devem ver

o mundo, para simplesmente aceitá-lo, mantendo a ordem (leia-se: interesses das minorias ricas).

Estamos submetidos à jurisdição da educação, que vive o dilema de ser direito e dever do cidadão. Impreterivelmente, todos precisam ser educados, quer queiram quer não – mais uma das inúmeras contradições do regime democrático caracterizado pela “liberdade”. É importante lembrar que também é dever do cidadão e, principalmente, do Estado manter a ordem.

Imbricada à ordem está a contenção, ou seja, educar para a passividade e para a legitimidade do que está posto como modelo de sociedade tem sido uma forte demanda do Estado democrático brasileiro. Se não fosse assim, aqueles 5,1 milhões de brasileiros miseráveis apontados em 1998 não se calariam e não se manteriam estagnados frente à tamanha privação de acesso à dignidade.

Segundo Arroyo (2003, p. 38), a educação moderna “passou a ser pensada como um dos mecanismos para estabelecer as novas cercas de uma liberdade conquistada, porém vigiada e limitada”. Isso indica que estamos fadados à aceitação das injustiças sociais? Não é sob essa perspectiva fatídica que encaramos o ato dialético de ensinar e aprender, a educação.

O sistema, como menciona o autor, cerca, vigia e limita. Mas os educadores, atores sociais de fundamental importância para a transformação deste país, podem e devem resistir. É verdade que todo e qualquer movimento de resistência não se caracteriza como algo fácil, é preciso saber a que se propõe, ou melhor, de que lado se está.

Se os seres humanos fossem puramente determinados e não seres ‘programados para aprender’ não haveria por que, na prática educativa, apelarmos para a capa-cidade crítica do educando. Não havia por que falar em educação para a decisão, para a libertação. Mas, por outro lado, não havia também por que pensar nos educadores e nas educadoras como sujeitos. Não seriam sujeitos, nem educadores, nem educandos [...]. Lhes falta a decisão, a faculdade de, em face de modelos, romper com um, optar por outro. A nossa experiência, que envolve condicionamentos mas não determinismo, implica decisões, rupturas, opções, riscos (FREIRE, 2001, p. 9).

Aqui, não nos referimos à direita ou à esquerda, situação ou oposição. O que queremos deixar claro é que ou os professores propagam esse modelo de subserviência, ou preparam seus alunos para serem capazes de descobrir, indagar e mudar o mundo que os cerca. Mas, para optar pela ação que escolherão, é preciso que entendam como o “jogo” funciona, pois são peças essenciais para que este ocorra. Só assim poderão decidir como conduzirão a sua prática como responsáveis pela formação de cidadãos, já que esse é um dos papéis da educação.

No entanto, analisando o passado e o presente, no que diz respeito ao cenário educacional, não se percebem muitos avanços em relação a essa tomada de consciência:

[...] por que eclesíásticos, reformadores, políticos e educadores, desde os séculos XV e XVI até nossos dias, não são capazes de conceber a liberdade, a participação política do povo comum e a emancipação humana sem a passagem pelas instituições educativas? Por uma ilusão no poder da ideologia? Para defender seu espaço e seu prestígio como ‘classe da cultura’ e do espírito? Ou porque o fato de a educação está ligada à lógica da nova ordem social e política, e os efeitos que ela vem produzindo na formação de novos súditos, de homens ‘livres’, vão além dos efeitos, tão criticados, da inculcação ideológica? (ARROYO, 2003, p. 39).

Miguel Arroyo traz para a reflexão questões que, certamente, nunca foram sequer imaginadas por alguns educadores. Por trás de conteúdos curriculares, há e sempre houve muitos outros aspectos que transcendem a educação, que a usam como um mecanismo que fomenta a conformidade. Como homens livres, não precisaríamos aprender a pensar, a não ser que o intuito seja fazer com que pensemos de determinada maneira, considerada “certa”.

A matéria veiculada pela revista *Veja* - veículo de informação bastante abrangente no país e, por isso, formador de opinião - do dia 20 de agosto de 2008, intitulada “*Você sabe o que estão ensinando a ele?*”, descreve Paulo Freire, autor do livro “*Pedagogia do Oprimido*”, lançado em 1970, como um personagem arcaico, sem contribuições

efetivas para a civilização ocidental. O texto segue defendendo uma educação que tenha por dever a neutralidade.

Frente a isso, podemos perceber o quão distantes estamos de uma educação transformadora, pois, se ainda há convicções como essas no cenário educacional do país, algo precisa urgentemente ser revisto.

A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade. A impossibilidade de ser neutra não tem nada que ver com a arbitrária imposição, que faz o educador autoritário, a seus educandos, de suas opções (FREIRE, 2001, p. 21).

Como viemos abordando, o sistema educativo foi concebido com um intuito muito claro, isto é, servir como instrumento de regulação do Estado. Paulo Freire, em suas obras, contribuiu para que possamos inverter essa lógica e, como educadores, utilizarmos a educação como instrumento de libertação. Ou seja, sua percepção da educação como um processo histórico e humanizador visava a transformar o ato de ensinar/aprender em uma relação de poder para mudar a situação de submissão que a sociedade Moderna nos impõe. E, para isso, não se pode ser neutro, o que não quer dizer que o professor deva impor a sua verdade. Pelo contrário, ele deve questionar as verdades que são impostas a todos nós. Ele deve suscitar em seus alunos o desejo de se posicionarem criticamente frente a essa “cidadania”.

A PSICOPEDAGOGIA E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

No despertar desse desejo, eis que há um importante espaço de atuação para a Psicopedagogia, a qual acredita que o sujeito deve ser contemplado em sua totalidade, para que, assim, seu processo de aprendizagem seja compreendido, pois a aprendizagem se dá através da construção do conhecimento e também da construção de si mesmo, como sujeito criativo e pensante, autor e autônomo.

A Psicopedagogia evidencia a aprendizagem como um processo único de construção e

de apropriação de conhecimentos, que deve possibilitar que o sujeito, através das suas ideias, questione, faça suas relações, contextualize e signifique o conhecimento, conferindo, assim, sentido ao aprender. É de fundamental importância possibilitar ao aprendente a reflexão sobre o que o lhe é dito, valorizando sempre a criatividade e o senso crítico, a partir de um olhar que contemple a subjetividade. É necessário propor ideias e práticas que melhorem o ambiente escolar, travar batalhas contra a sociedade-objeto, aproximar o sujeito do desejo de autorizar-se a falar em nome próprio.

Isso só é possível quando a educação é compreendida como uma díade, em que ensinantes e aprendentes participam do processo, estabelecendo relações de troca que resultam na construção de conhecimentos. Freire (2001, p. 37) fala em:

[...] participação, enquanto exercício de voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania [...] O que quero dizer é o seguinte: constitui contradição gritante, incoerência clamorosa uma prática educativa que [...] se realiza dentro de modelos de tal maneira rígidos, verticais, em que não há lugar para a mais mínima posição de dúvida, de curiosidade, de crítica, de sugestão, de presença viva, com voz, de professores e professoras que devem estar submissos aos pacotes; dos educandos, cujo direito se resume ao dever de estudar sem indagar, sem duvidar, submissos aos professores [...].

Ao nos indagarmos acerca dos problemas educacionais brasileiros, cremos que o maior deles é essa hipocrisia, pois se finge que todos somos cidadãos de um país democrático. Essa inércia, associada à falta de desejo político e, conseqüentemente, à falta de investimentos, redundam em uma educação que não cumpre o seu papel de formar sujeitos críticos, capazes de transformar essa realidade.

A escola, como instituição social que é, perdeu esse foco. Associando a baixa remuneração dos educadores, que, muitas vezes, atuam sem motivação e qualificação adequada, aos avanços tecnológicos das últimas décadas, nota-se que o acesso ao conhecimento está facilitado. No entanto, mais uma vez, para poucos, neste país que

vende uma realidade de “educação para todos”, de “direito”, mas não de fato.

Entendemos, assim, a política educacional brasileira não apenas como um componente da política social, mas como parte da própria constituição do Estado, que a concebe e a implementa no conjunto de suas ações de direção e controle social (XAVIER; DEITOS, 2006, p. 67).

Essa afirmação vai exatamente ao encontro das ideias que nortearam nossa opção pelo tema deste artigo: compreender o que se ensina e o que se deseja de um cidadão. Para isso, é necessário olhar para as políticas educacionais como uma das ferramentas que visam a direcionar ações de controle social. Enfocar esse assunto é constatar uma realidade bastante controversa, pois percebemos o quão distantes ainda estamos de uma educação transformadora... Mas, continuamos acreditando, porque:

[...] não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica esta denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não *morre*. Pelo contrário, continua (FREIRE, 1998, p. 91-92).

Ao denunciarmos como esse conceito foi construído, difundido e incutido na rotina de milhares de brasileiros, que nunca sequer conheceram algum dos seus direitos, mas que, inúmeras vezes, foram proclamados cidadãos, buscamos denunciar a inércia frente ao caos social. O objetivo é provocar um descontentamento capaz de impulsionar um movimento de luta por igualdade de oportunidades para cada cidadão ter acesso a seus direitos, proclamados na Constituição Brasileira.

A compreensão da história como *possibilidade* e não *determinismo*, [...] seria ininteligível sem o *sonho*, assim como a concepção *determinista* se sente incompatível com ele e, por isso, o nega. Assim é que, no primeiro caso, o papel histórico da subjetividade é relevante, tornando-se, no segundo, minimizado ou negado. Daí que, no primeiro, a importância da educação, que, não podendo tudo, pode alguma coisa, seja reconhecida, ao passo que, no segundo, subestimada (FREIRE, 1998, p. 91-92).

Atualmente, o Estado propõe diversas medidas para solucionar os problemas educacionais brasileiros, dentre as quais, investimento em tecnologia e qualificação de professores. Pensamos que elas não são e nem serão capazes de mudar a realidade, em especial, das camadas mais pobres da população, cujo senso de luta pela sobrevivência impõe o trabalho e, quando possível, em segundo plano, o acesso à escola. É marcante quando crianças de periferia afirmam que o fato de saber ler e escrever pode significar uma garantia de um futuro melhor. A sensação é a de que a competitividade deste mundo neoliberal ainda não adentrou os lugarejos mais pobres e distantes deste país. Mundo paralelo... Realidades tão distintas.

No texto *Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar*, a autora Maria Helena Michels tece duras críticas à reforma educacional brasileira proposta em 1990, que vem sendo implantada até os dias de hoje. Essa reformulação está calcada em três eixos fundamentais: gestão, formação de professores e inclusão. Sobre isso, Freitas afirma:

Pode-se dizer que quanto mais se falou em inclusão mais se legitimou a exclusão social construída previamente à escolarização, por um mecanismo dissimulatório de inclusão formal na escola que transmutou a exclusão escolar objetiva (repetência, evasão) em exclusão escolar subjetiva (auto-exclusão entre ciclos, ‘opções’ por trilhas de progressão menos privilegiadas, trânsito formal sem domínio real), a partir dos horizontes e possibilidades de classe previamente interiorizados pelas condições

objetivas de vida na sociedade (FREITAS, 2004, p. 22).

A nosso ver, nada mais claro que as palavras dos autores que seguem, para suscitar a reflexão acerca da eficácia de tais medidas, as quais acabam sempre desviando o foco gerador do problema da educação: a que e a quem ela se destina. Dessa forma, Xavier e Deitos (2006, p. 83) dizem que:

A sua eficiência, portanto, limita-se à função ideológica, ou seja, acaba justificando (como sempre fez o liberalismo) o mau desempenho, pela ausência ou má qualidade da educação. Essa dissimulação das causas reais dos problemas só faz agravá-los, concentram-se os esforços sociais na área da educação, quando ela, na ausência de mudanças estruturais, é incapaz de operar transformações que possam atender às efetivas necessidades educacionais e culturais do país, promotoras da emancipação humana.

Não adianta tentar fazer com que a educação “pague a conta” de todos os problemas que assolam o Brasil, pois a mudança não estará fundamentada em medidas que visem a contemplar o que convém ao governo. Acreditamos que a verdadeira mudança ocorrerá quando não for mais de praxe desviar dos problemas, ignorando-os ou adotando medidas paliativas. É preciso transformar a educação, através de uma educação transformadora, que discuta e ponha em prática ideias que visem ao bem comum e não apenas aos interesses políticos.

Formar não no sentido de colocar na “forma” e adaptar ao sistema, mas no sentido de ser subsídio para que os sujeitos falem em nome próprio, indagando e atuando para a melhoria da qualidade de vida em sociedade - isso é dever do Estado. Ele deve implantar políticas públicas eficazes e, mais do que isso, efetivas no que tange à redução da desigualdade social.

A democracia não pode existir sem educação para todos e cada um, pois importa em transformar, não alguns homens, mas todos os homens para – contra tendências hereditárias, sociais, se não biológicas – rematar, por evolução consciente, a obra que as sucessivas civilizações, desde o

começo dos séculos, vêm realizando pela injustiça e conseqüente violência. Todas as outras formas de sociedade precisam de alguma educação, mas só a democracia precisa de educação *para todos* e na maior quantidade possível (TEIXEIRA, 1969, p. 220).

Gostaríamos de mencionar a coluna de Lya Luft, veiculada na Revista Veja do dia 1º de outubro de 2008, intitulada *Somos um país de analfabetos*, em que a escritora afirma que “a verdadeira democracia tende a oferecer a todos o direito de saber ler e escrever, pensar, questionar e escolher”. Utilizamos desse recorte para manifestar que, em nosso entendimento, ser politizado significa compreender, pensar sobre e posicionar-se frente às relações de poder em nossa sociedade, cuja promoção, mesmo em uma nação de analfabetos, é papel de toda organização, seja ela pública ou privada, em especial as instituições de ensino que trabalham com a parcela mais excluída da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sonhamos com uma educação diferente, que não busque educar o pobre para a aceitação da pobreza, pelo contrário, que desperte nele o desejo de mudar essa realidade. Uma educação que forme sujeitos plenos a partir de si mesmos, e não a partir de um modelo imposto pelo poder do Estado. Um sonho que se deve sonhar junto, pois envolve esperança e, acima de tudo, luta.

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa (FREIRE, 2001, p. 25).

É preciso que esse sonho se mantenha vivo, para que possamos realmente conhecer a cidadania e, também, o importante valor da

educação, para que ela seja acessível a cada pessoa, independentemente de etnia, credo, gênero e classe social. A diversidade na unidade é o que pregava Paulo Freire, pois somos únicos, possuímos nossas peculiaridades, nossa subjetividade. E, juntos, somos fortes, podemos mais, se o sonho é vivido e buscado coletivamente. A distância entre o sonho e a realidade já foi bastante encurtada.

Faz-se necessário decidir de que lado se está, como já afirmamos. Nós, educadores, precisamos romper com uma concepção do social que, conforme afirma Arroyo (2003, p. 55):

[...] tem sobrevivido até nossos dias, menos como teoria elaborada do que como mito, não importa o povo como sujeito de direitos políticos. Logo, não se enfatiza a educação como condição da cidadania, nem interessa a instrução do povo para torná-lo ordeiro no convívio social. O que interessa é que o povo continue no seu lugar.

E o povo deve continuar no seu lugar? Muitas vezes, um lugar de miséria e submissão? O povo deve se mover em busca dos seus direitos, da sua cidadania. E o primeiro passo pode ser dado pelos educadores deste país, que formam os cidadãos para a movimentação ou para a estagnação. Formando atores com responsabilidade social ou meros espectadores da sociedade da qual fazemos parte, mas, muitas vezes, não participamos.

Para isso, “é urgente que se tenha a clareza e o espaço dentro de nós para começar a promover a mudança que, em nosso entendimento, viabiliza as propostas educacionais que estão comprometidas com uma aprendizagem significativa” (PORTILHO, 2003, p.129). Essa é a função dos educadores, afinal, precisamos saber o quanto podemos contribuir para a tão almejada transformação social.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel G.; NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- FERNANDES, Antônio Sérgio A. Políticas Públicas: Definição, Evolução e o Caso Brasileiro na política social. In: MARTINS Jr., José Paulo; DANTAS, Humberto (Org.). **Introdução à Política Brasileira.** São Paulo: Paulus, 2007. Disponível em: <http://200.155.18.61/informacao/b6d71ce_114f59a64cd_-7fcc.pdf> .
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclo ou série?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? Trabalho apresentado na 27ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2004.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- LUFT, Lya. Somos um país de analfabetos. **Revista Veja**, 1º de outubro de 2008.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. In: **Revista Brasileira de Educação**, vol. 11, n. 33, 2006.
- PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Conhecer-se para conhecer. In: **Psicopedagogia: um portal para a inserção social.** Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- SAVIANI, D. **A nova lei da educação – LDB: trajetória, limites e perspectivas.** Campinas: Autores Associados, 1998.
- SOUZA, João Ubaldo. “Me mandem para cadeia!”. **Jornal o Globo**, 02 de abril de 2006.
- TEIXEIRA, A. S. **Educação e mundo moderno.** São Paulo: Nacional, 1969.
- WEINBERG, Mônica; PEREIRA, Camila. Você sabe o que estão ensinando a ele? **Revista Veja**, 20 de agosto de 2008.